



Para MP, fim de investigações não atrapalha força-tarefa.

O encerramento da CPI mista do Banestado não deve atrapalhar a força-tarefa do Ministério Público para identificar os envolvidos e conseguir repatriar o dinheiro enviado irregularmente ao exterior através das contas CC-5. A avaliação é dos procuradores da República no Paraná, onde a investigação teve início.

O MP já teve acesso a grande parte do material e das provas colhidas durante os 18 meses em que durou a CPI. Os procuradores acreditam que, mesmo sem a votação final do relatório, os documentos já em poder do Ministério Público e os que ainda serão entregues são suficientes para que o caso siga seu rumo devido.

A continuidade dos trabalhos da força-tarefa, segundo eles, não depende do relatório da CPI. Além dos documentos levantados pela comissão parlamentar, os procuradores também reuniram provas sobre os esquemas de lavagem de dinheiro junto a autoridades dos Estados Unidos e a Polícia Federal brasileira. As eventuais provas que ainda precisem ser apuradas, podem ser conseguidas por vias judiciais, tanto no Brasil como no exterior.

No entanto, diferente do relatório do deputado José Mentor (PT-SP), que sugeriu o indiciamento de 91 pessoas, a força-tarefa do Ministério Público já denunciou à Justiça Federal mais de 300 pessoas apenas em Curitiba, outras 68 em Foz do Iguaçu e diversos suspeitos pelo restante do país. Na capital paranaense, 16 acusados já receberam condenação pelo crime de remessa irregular de dinheiro.

Date Created

28/12/2004